



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 12, n. 1, Jan./Jun, 2020

Sítios: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 31.07.2019. Revisado por pares em: 04.09.2019. Reformulado em: 30.09.2019. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2020v12n1ID18364

Provável, possível ou remoto? Um estudo acerca das contingências tributárias dos bancos brasileiros

Likely, possible or remote? A study about tax contingencies of Brazilian banks

¿Probable, posible o remoto? Un estudio sobre contingencias fiscales de bancos brasileños

Autores

Matheus Schmitt

Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, S/N, Trindade, Florianópolis/SC – Brasil, CEP: 88970-000. Fone (48) 99989-1530. Identificadores (ID):

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1737849450841429>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7845-7295>

E-mail: matheuschmitt@hotmail.com

Ernando Fagundes

Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor na Faculdade de Tecnologia Nova Palhoça (FATENP – Unigranrio). Endereço: Av. Vidal Procópio Lohn, 1081 - Nova Palhoça, Palhoça – SC–Brasil, CEP: 88131-551. Fone: (48) 3241-1001. Identificadores (ID):

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8984103894966731>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8348-8771>

E-mail: fagundes.ernando@gmail.com

Alex Mussoi Ribeiro

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, S/N, Trindade, Florianópolis/SC –Brasil, CEP: 88970-000. Fone (48) 3721-6608. Identificadores (ID):

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3019901891300844>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3389-9713>

E-mail: alex.mussoi@ufsc.br

(Artigo apresentando no XI Congresso de Administração, Sociedade e Inovação – CASI)

Resumo

Objetivo: Identificar fatores determinantes na classificação das provisões e passivos contingentes tributários pelas instituições financeiras brasileiras. A natureza tributária foi escolhida devido a representatividade destas contingências. Já as instituições financeiras foram elencadas pela escassez de pesquisas similares.

Metodologia: Para analisar os fatores determinantes da classificação provisões e contingências foi utilizado um modelo de regressão logística. As empresas analisadas pertencem a Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e o período analisado compreende o exercício de 2016.

Resultados: A média dos processos em que as instituições financeiras são réus apresentam 5 anos de instauração e o valor relativo dos processos (razão entre montante do processo e ativo da empresa) representa em média 0,4%. Os resultados do estudo corroboram a Ribeiro (2012), uma vez que existe divergência de opiniões na interpretação da legislação e na determinação da chance de perda, sendo uma prática factível de gerenciamento de resultados. Corroboram com Hennes (2014), visto que observou a insuficiência das divulgações quantitativas para determinar as expectativas de perda e com Aharony e Dotan (2004) que demonstraram o menor conservadorismo dos gestores e auditores quando comparados aos analistas financeiros. Alinhando aos estudos similares e a Teoria Positiva da Contabilidade, conclui-se que a discricionariedade fornecida aos gestores pode contribuir no gerenciamento de informações, possibilitando o uso desta com intuito informativo ou oportunista.

Contribuições do Estudo: A contribuição deste estudo está em elucidar questões relacionadas aos elementos que direcionam os critérios de classificação das provisões e dos passivos contingentes utilizados pelos gestores. Assim, contribui evidenciando como características relacionadas com os processos (esfera administrativa ou judicial), a instância, o seu valor e seu prazo de condução podem influenciar na classificação como provável, possível ou remoto.

Palavras-chave: Passivos Contingentes. Provisão. Chance de Perda.

Abstract

Purpose: Aims to identify the determining factors to tax provisions and contingent tax liabilities classification by Brazilian financial institutions. The tax nature was chosen due to the representativeness of these contingencies. Financial institutions were listed according to the scarcity of similar research.

Methodology: In order to analyze the determinant factors to the provisions and contingencies classification, it was used a logistic regression model. The analyzed companies belong to Brasil, Bolsa, Balcão (B3) and the period analyzed is 2016's financial year.

Results: The average of process in which financial institutions are defendants has 5 years of commencement and the relative process value (ratio between the amount of the lawsuit and the company's assets) represents an average of 0.4%. The results of the study support Ribeiro (2012), since there is divergence of opinions between the legislation's interpretation and the determination of loss' probability, as presents itself as a feasible practice of earnings management. The results also support Hennes (2014) that observed the insufficiency of quantitative disclosures to determine the loss expectations as support Aharony and Dotan

(2004) that demonstrated the lower conservatism of managers and auditors when compared to financial analysts. In the same vein similar studies and the Positive Accounting Theory, this study concludes that the discretionarity provided to managers can contribute to information management, enabling its use for informational or opportunistic purposes.

Contributions of the Study: The contribution of this study is to elucidate questions related to the elements that guide the criteria to provisions and contingent liabilities' classifications used by managers. Thus, it contributes by highlighting as characteristics related to the processes (administrative or judicial sphere), the instance, its value and its term of conduct may influence on the classification as probable, possible or remote.

Keywords: Contingent Liabilities. Provision. Probability of loss.

Resumen

Objetivo: Identificar factores determinantes en la clasificación de las provisiones fiscales y pasivos contingentes por parte de las instituciones financieras brasileñas. La naturaleza fiscal se eligió debido a la representatividad de estas contingencias. Las instituciones financieras fueron enumeradas por la escasez de investigaciones similares.

Metodología: Para analizar los determinantes de la clasificación de provisiones y contingencias, se utilizó un modelo de regresión logística. Las empresas analizadas pertenecen a Brasil, Bolsa, Balcão (B3) y el período analizado incluye el ejercicio 2016.

Resultados: El promedio de los procedimientos en los que las instituciones financieras son demandados tiene 5 años de inicio y el valor relativo de los procedimientos (relación entre el monto de la demanda y los activos de la compañía) representa un promedio de 0.4%. Los resultados del estudio corroboran Ribeiro (2012), ya que existe divergencia de opinión en la interpretación de la legislación y en la determinación de la posibilidad de pérdida, siendo una práctica factible de gestión de ganancias. Corroboración con Hennes (2014), ya que observó la insuficiencia de revelaciones cuantitativas para determinar las expectativas de pérdida y con Aharony y Dotan (2004) quienes demostraron el menor conservadurismo de los gerentes y auditores en comparación con los analistas financieros. En línea con estudios similares y la Teoría de la Contabilidad Positiva, se concluye que la discreción proporcionada a los gerentes puede contribuir a la gestión de la información, permitiendo su uso con fines informativos u oportunistas.

Contribuciones del Estudio: La contribución de este estudio es dilucidar preguntas relacionadas con los elementos que guían los criterios para la clasificación de provisiones y pasivos contingentes utilizados por los gerentes. Por lo tanto, contribuye destacando como características relacionadas con los procesos (esfera administrativa o judicial), la instancia, su valor y su plazo de conducta pueden influir en la clasificación como probable, posible o remota.

Palabras clave: Pasivos contingentes. Provisión. Probabilidad de derrota.

1 Introdução

A convergência do Brasil ao padrão internacional de contabilidade trouxe novos desafios aos contadores. Uma das principais alterações previstas por este novo ordenamento regulatório foi o aumento da discricionariedade dos gestores na elaboração dos relatórios financeiros. Segundo Carvalho e Salotti (2013), no Brasil houve uma mudança regulatória de um padrão baseado em regras para um padrão baseado em princípios. Isto por si só já justificaria uma necessidade na mudança de mentalidade das práticas contábeis nacionais que passam a ser mais subjetivas e menos engajadas nas práticas fiscais (modelo predominante até então) (Lopes, 2011).

Um dos marcos regulatórios iniciais deste processo de convergência do Brasil ao padrão *International Financial Reporting Standard* (IFRS), foram as Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 488 e 489, emitidas em 2005. Enquanto a deliberação 488 trata da estrutura do balanço e de outras questões mais gerais, a deliberação 489 trata de um assunto mais específico, como a classificação das provisões, dos ativos contingentes e dos passivos contingentes. A Deliberação 489 utilizou a mesma lógica da *Statement of Financial Accounting Standard* (SFAS) 5 e da *International Accounting Standard* (IAS) 37 que tratam dos passivos contingentes e aumentou consideravelmente o poder discricionário dos gestores das companhias abertas na classificação dos passivos como prováveis, possíveis e remotos.

Atualmente a norma que regulamenta os passivos contingentes e as provisões no Brasil é o Pronunciamento Técnico 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Correlata da IAS 37, o Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009) apresenta os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Segundo o pronunciamento, uma provisão e um passivo contingente são passivos que possuem um desfecho futuro incerto quanto à sua exigibilidade. Este desfecho futuro pode estar relacionado com a sua mensuração ou com a probabilidade de sua ocorrência. Nas provisões, a probabilidade de a exigibilidade ser líquida e certa é maior do que ela não ser, ou seja, ela é um passivo provável. Outro elemento necessário para um passivo incerto ser uma provisão é uma base de mensuração confiável. Caso o passivo com desfecho futuro incerto não seja provável ou não tenha uma base de mensuração confiável, ele é considerado pelo CPC 25 como passivo contingente. O tratamento contábil das provisões é o seu reconhecimento a valor presente no passivo e a contrapartida no resultado da empresa. Na medida que o tempo passa, a empresa vai apropriando o elemento financeiro que está dentro da estimativa de valor dentro do resultado financeiro. Já no caso de um passivo contingente, o tratamento contábil vai depender da sua probabilidade de ocorrência. Se for um passivo contingente considerado possível ele deverá ser divulgado em notas explicativas e se for remoto a empresa não precisa tomar nenhuma providência (CPC 25, 2009).

Fica claro nas recomendações do Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009) que o gestor possui pelo menos duas grandes possibilidades de exercício de discricionariedade na contabilização das provisões. A primeira no levantamento da probabilidade de ela ser exigível no futuro e a segunda na estimativa de sua mensuração. Ambas as possibilidades podem igualmente afetar o lucro líquido da companhia e ter reflexos no pagamento de dividendos e demais medidas de *performance* relacionadas como alguns indicadores de *covenants* contratuais.

Embora seja uma prática contábil que possa afetar tanto o papel contratual da informação financeira (muitas medidas de remuneração de gestores estão vinculadas ao lucro por ação como exposto nos trabalhos de Ittner, Lacker e Rajan (1997) e Young e Yang (2011))

quanto o seu papel de *valuation* (Dechow *et al.*, 2010) afirmam que a qualidade do lucro está diretamente relacionada com estas estimativas, pois para ele produzir uma informação relevante sobre a *performance* da companhia que seja útil para uma determinada decisão de um usuário específico, o lucro não pode possuir viés), pouco se sabe sobre os elementos que direcionam os critérios de classificação das provisões e dos passivos contingentes utilizados pelos gestores. Assim, questiona-se: **quais fatores são determinantes na classificação das provisões e passivos contingentes nas Instituições Financeiras Brasileiras?**

Buscando elucidar questões relacionadas com estas estimativas, o objetivo desta pesquisa é identificar fatores determinantes na classificação das provisões e passivos contingentes nas Instituições Financeiras Brasileiras. São considerados como fatores as características relacionadas aos processos, entre elas a esfera (administrativa ou judicial), a instância da justiça, seu valor e seu prazo de condução. Esses fatores podem influenciar na classificação do gestor (ou do departamento jurídico da companhia) no processo como provável, possível ou remoto. A análise dos processos foi feita nos formulários de referências das empresas pertencentes ao setor financeiro na categoria bancos da Brasil, Bolsa, Balcão (B3) no ano de 2016. A seleção das instituições financeiras brasileiras foi motivada pela relevância dos bancos na economia nacional e pelo grande apoio do governo para que sejam minimizadas suas chances de falharem e assim prejudicarem a estabilidade econômica. Os processos analisados foram os de natureza tributária pois são os mais frequentes dentro das empresas analisadas.

Pesquisas como as feitas por Balduino e Borba (2015) e Carmo, Ribeiro e Mesquita (2018) destacam além das contingências tributárias no ambiente nacional, que a reclassificação dos passivos contingentes para dentro do balanço podem trazer um impacto significativo e relevante a alguns indicadores contábeis como a liquidez geral, o retorno sobre o ativo e o nível de endividamento das empresas.

Deste modo, entender os elementos processuais que afetam tal classificação possui um cunho prático e teórico pois, segundo Dechow *et al.* (2010) a qualidade do lucro está diretamente relacionada com as escolhas contábeis e com as estimativas realizadas pelos gestores, ou seja, quanto mais manipulado o lucro for para benefício próprio, pior será sua qualidade para o processo decisório.

Em termos práticos, as contingências constituem um dos elementos mais discricionários da contabilidade (Matsumoto & Parreira, 2009). Neste sentido, é possível que os resultados das empresas sejam gerenciados conforme o interesse de seus usuários. Desta forma a compreensão dos critérios utilizados pelas empresas para reconhecer passivos contingentes e contabilizar as provisões tornam-se relevante aos usuários das demonstrações financeiras, uma vez que os dividendos, juros sobre capital próprio, indicadores econômicos e financeiros, valor das ações estão correlacionados aos resultados das empresas.

Além desta seção de Introdução (1), este artigo apresenta ainda uma seção de Referencial Teórico (2), na qual apresenta-se literatura acerca das Provisões e dos Passivos Contingentes, sobre Gerenciamento dos Resultados e destacam-se alguns estudos similares realizados. Compõe ainda este artigo uma seção acerca dos Procedimentos Metodológicos (3), a Apresentação e Análise dos Resultados (4) e, por fim, as Considerações Finais (5), além da seção de referências utilizadas.

2 Revisão da Literatura

2.1 Provisões e Passivos Contingentes

O valor do passivo é determinante na análise da viabilidade financeira de uma empresa. Por isso, quando se pensa no risco de uma entidade, imediatamente busca-se comparar o seu passivo frente aos outros componentes das demonstrações contábeis (Niyama & Silva, 2011). No entanto, segundo o CPC 00 (2011), existem passivos que só podem ser mensurados por meio do emprego de certo grau de estimativas. Tratam-se das provisões. Há ainda as obrigações que apesar de serem mensuráveis, são classificadas como provisões por não possuírem um prazo certo de liquidação (CPC, 2009).

Nota-se também que as normas internacionais e o CPC empregam o termo contingente a outro tipo de passivos, que não as provisões. No CPC, o termo contingente é utilizado para as direitos e obrigações presentes em que não é possível mensurar seu valor com estimativas confiáveis, que resultem de eventos anteriores e que a sua existência será confirmada pela ocorrência ou não de eventos futuros incertos, que não dependem unicamente da entidade – ativos e passivos contingentes, respectivamente (CPC 25, 2009).

Baldoino e Borba (2015) relatam que há uma relação entre os passivos contingentes e as provisões. Quando a probabilidade do passivo contingente aumenta, o mesmo pode se tornar uma provisão, afetando diretamente no resultado da empresa. O inverso também é verdadeiro, ou seja, conforme a probabilidade da concretização da provisão diminui, ela pode ser revertida, deixando de ser provisão e passando a ser passivo contingente. Por consequência, o patrimônio líquido da entidade e o resultado aumentam, visto que os passivos contingentes não figuram nessas duas demonstrações.

De acordo com o CPC 25 (2009), os passivos contingentes não são reconhecidos passivos por um de dois motivos. O primeiro é porque se tratam de obrigações possíveis ainda, e não certas. Ou seja, não está confirmada ainda a existência de uma obrigação presente que represente saídas de recursos futuros para liquidação dessa obrigação. Outro motivo que impede esse reconhecimento é a impossibilidade de se fazer uma estimativa confiável dessa obrigação, critério fundamental para reconhecimento de um passivo.

A classificação de provisão ou passivo contingente é determinada pela probabilidade de ocorrência futura. A norma define essa probabilidade pelo significado das palavras. A palavra “provável” indica maior grau de acontecer, enquanto a palavra “possível” apresenta possibilidade média e “remota” que apresenta baixa chance de ocorrer. Então, se a obrigação for provável e mensurável com confiança trata-se de uma provisão, sendo assim reconhecida no passivo e no resultado. Se a obrigação for provável, mas não for confiavelmente mensurável, ou apenas possível, registra-se o passivo contingente em nota explicativa. Se a obrigação for remota, não há exigibilidade de divulgação da informação, apesar dessa divulgação ser permitida, caso a entidade desejar registrar (CPC 25, 2009).

A norma internacional para contingências e provisões, por ser baseada em princípios, delega a entidade o poder de julgamento em suas classificações de probabilidade dos eventos. Assim, aspectos culturais e específicos de cada entidade ou região podem influenciar o reconhecimento (Tsakumis, 2007; Baldoino & Borba, 2015; Marcelino, 2016).

Prado (2014) afirma que os critérios adotados pelas companhias quanto à probabilidade é que vão diferenciar as provisões dos passivos contingentes. Os usuários internos da informação contábil são os que possuem maior conhecimento acerca das atividades da empresa

e das expectativas quanto aos eventos da companhia, sendo assim os responsáveis por manter os registros contábeis o mais próximo possível da realidade econômica e financeira da entidade.

Observa-se na Figura 1 as regras para diferenciação entre provisões e passivos.

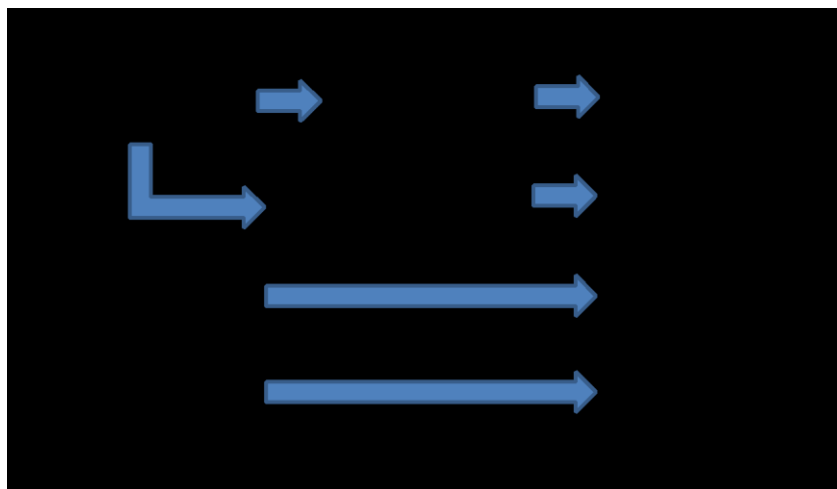


Figura 1 Critérios na Divulgação de Provisões e Passivos Contingentes

Fonte: Adaptado de CPC 25 (2009).

Em relação às provisões, o CPC 25 (2009) afirma que essas devem ser mensuradas por meio da melhor estimativa de desembolso necessário para que se liquide a obrigação presente. Ou seja, refere-se ao valor que a entidade estaria disposta a pagar para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferir esta obrigação para um terceiro. As estimativas são realizadas pelo julgamento da administração, com base em operações semelhantes ou por contratação de peritos independentes.

Em situações em que o valor do dinheiro no tempo é material, a provisão deve ser registrada pelo valor que se estima para quitação total da obrigação. Tal medida aproxima as demonstrações contábeis da realidade econômica da empresa. As provisões devem ser reavaliadas e ajustadas em todos os balanços patrimoniais, com intuito de melhor representar a estimativa presente. Se observado que não há mais necessidade de liquidar a obrigação, a provisão necessita ser revertida.

Conforme o CPC 25 (2009), os desembolsos devem ser realizados somente para baixar as provisões originalmente a eles associadas, de modo a garantir que a representatividade das provisões não seja distorcida. Isto é, as provisões divulgadas se distinguem e elas devem ser baixadas ou revertidas criteriosamente.

Os critérios de divulgação definidos pelo CPC 25 (2009) a serem utilizados para evidenciar as informações das contingências vão ao encontro da premissa econômica da informação contábil. Tais medidas fornecem bases de mensuração apropriada e critérios para que os usuários da informação compreendam natureza, oportunidade e valor das provisões, passivos e ativos contingentes.

Segundo Balduino e Borba (2015), a subjetividade da norma não infere nos conceitos de certo ou errado, coerente ou incoerente, ou seja, a administração da empresa não pode se aproveitar das incertezas das informações para seu benefício. Os autores ainda enfatizam que existem conflitos de interesses relacionados aos problemas de agência e que os auditores independentes são fundamentais na verificação da coerência e da subjetividade utilizada na informação contábil.

Outro estudo, Ferreira, Carvalho, Grings e Rover (2017) analisaram as mudanças de status nas chances de perdas em processos judiciais entre os exercícios de 2010 e 2015. Concluíram que a maior parte dos processos a chance de perda é possível, que a natureza mais significativa da amostra foi a tributária e que em 55% das alterações das chances de perdas nos processos não existe justificativas nas demonstrações financeiras.

Segundo Ribeiro (2018) as empresas que possuem elevadas quantias de passivos contingentes tendem a apresentar provisões trabalhistas e tributárias em suas demonstrações. Para o pesquisador, estes resultados podem indicar que as empresas escolhem momentos oportunos para o reconhecimento das provisões.

Neste sentido identifica-se que as contingências de natureza tributária estão entre as mais representativas e que as incertezas desses processos corroboram aos gestores no gerenciamento das informações contábeis.

2.2 Gerenciamento de informações contábeis

O termo gerenciamento tem sido discutido amplamente tanto na literatura nacional quanto internacional. Healy (1985) já havia encontrado evidências de que os executivos gerenciam para baixo seus resultados quando seu bônus já tenha atingido o limite máximo. Dechow e Sloan (1991) observaram que os executivos apresentam uma tendência na redução de gastos como os realizados com pesquisa e desenvolvimento, no intuito de se maximizar resultados. Para Martinez e Moraes (2017), o gerenciamento dos resultados é caracterizado pela alteração proposital dos resultados contábeis com o intuito de atender objetivo particular. Nestes casos, os gestores “manejam” as informações com objetivo definido, de não demonstrar a situação latente da empresa no referido momento.

Evitar a divulgação de prejuízos, adequar resultados com previsões dos analistas financeiros, minimizar volatilidade de resultados ao longo do tempo, ajustes para cumprimento de exigências contratuais ou *covenants*, redução na carga tributária e remuneração baseada em desempenho são exemplos práticas de gerenciamento de resultado. Matsumoto e Parreira (2009) afirmam que o gerenciamento de resultados contábeis compreende a manipulação das contas de resultado ou da atividade operacional, por meio de escolhas discricionárias de práticas e estimativas contábeis que implicam no resultado financeiro e em acordo com os princípios e as normas contábeis.

A Teoria Positiva da Contabilidade considera duas perspectivas de gerenciamento de informações contábeis: informativa e conveniência (Watts & Zimmerman, 1986). A perspectiva informativa utiliza da discricionariedade para melhor evidenciar a situação econômica e as perspectivas futuras da empresa; na conveniência, os usuários internos aproveitam da liberdade na divulgação para representar informações que lhe convenham em relação aos demais usuários da informação contábil.

Para Paulo e Leme (2009), na perspectiva de conveniência ou oportunística, a expectativa é que os gestores atuem no intuito de majorar seus interesses, às vezes, contrários aos objetivos de acionistas ou credores. Para o autor, existem mecanismos de defesa contra esse comportamento que podem ser estabelecidos e regulamentados por meio de contratos.

Segundo Cosenza (2015), isso ocorre porque os critérios contábeis são ambíguos, dando margens para contabilizar de diferentes formas um mesmo fato. Portanto, é possível observar diferentes realidades para a mesma situação patrimonial. A Contabilidade Criativa surge a partir de omissões, subjetividade, flexibilidade permitida aos preparadores das demonstrações

contábeis. O autor enfatiza a associação entre Contabilidade Criativa e o oportunismo das empresas em transmitir aos usuários da informação aquilo que mais lhe convém.

O gerenciamento da informação contábil intervém na transparência e na clareza das demonstrações contábeis. Ao considerar que credores, bancos e investidores avaliam as demonstrações contábeis para tomada de decisão, a informação que chega até eles, pode ser assimétrica (Matsumoto & Parreira, 2009).

Compreende-se que os avanços econômicos de um determinado local estão diretamente associados aos progressos do respectivo mercado, que, por sua vez, dependem de clareza e segurança aos investidores e demais usuários da informação. A harmonização às normas internacionais de contabilidade elevou o poder discricionário fornecido aos preparadores da demonstração contábil, que necessitam aproximar as divulgações da autêntica posição econômica e financeira da empresa (Lopes, 2011).

Apesar de existirem eventos incertos ou discricionários, a expectativa dos usuários da informação contábil é que as demonstrações financeiras se aproximem o máximo da realidade econômica e financeira da entidade. Deste modo entende-se que é função da administração manter os controles internos e assegurar a simetria da informação contábil.

Ao investigar a manipulação de resultados, Eckel (1981), argumenta dos possíveis julgamentos dos usuários internos e enfatiza que as escolhas partem destes. Neste sentido, eles elencam os itens que são reconhecidos contabilmente e os que são divulgados em nota explicativas ou não divulgados ao mercado. Observa-se que a contabilização ou reversão de uma provisão está associada ao resultado, neste sentido quaisquer interferências nas contingências podem estar associadas às estratégias de gerenciamento das informações contábeis.

2.3 Estudos relacionados com esta pesquisa

No âmbito nacional, os estudos têm investigado o reconhecimento, divulgação, adequação às normas e evidenciação das provisões e dos passivos contingentes. Outras pesquisas analisam as possibilidades de gerenciamento de resultado por meio das provisões e passivos contingentes, o efeito econômico e financeiro na reconfiguração das contingências.

Caetano, Silva, Biesdorf e Leal (2010), analisaram companhias do segmento papel e celulose e verificaram que os passivos contingentes mais frequentes são os de natureza trabalhista e tributária. Constataram ainda a não observância de critérios na avaliação e mensuração das provisões e passivos contingentes. Também destacaram a ausência das probabilidades das contingências e a não divulgação dos valores constituídos, baixados ou revertidos.

Ribeiro (2012) verificou a possibilidade de gerenciamento de resultados diante da subjetividade apresentada na IAS 37 e no CPC 25 (2009). A pesquisa contou com análise de questionários respondidos por advogados, analistas financeiros e auditores e os resultados indicam a possibilidade de gerenciamento em processos tributários, devido ao intrincado sistema tributário nacional.

Fonteles, Nascimento, Ponte e Rebouças (2013) analisaram a evidenciação das provisões, considerando as variáveis do setor de atividade, segmento de listagem, tamanho, rentabilidade, endividamento, liquidez e alavancagem financeira. A amostra foi composta por 308 empresas e a análise foi pautada nas notas explicativas referentes ao exercício de 2010. Conclui-se que fatores como setor de atividade, segmento de listagem, tamanho, rentabilidade e liquidez influenciam diretamente na evidenciação das provisões.

Já Prado (2014), analisou o comportamento da evidenciação dos riscos potenciais representados pelas informações contidas nas provisões e passivos contingentes. A amostra da pesquisa foram as empresas do setor de energia elétrica e os objetos do estudo foram as demonstrações financeiras dos exercícios de 2002, 2006, 2010 e 2012. O autor concluiu que as empresas tiveram evolução nas divulgações no decorrer dos períodos, houve melhoria na quantidade das informações acerca dos riscos potenciais e os relatórios ganharam mais detalhes no decorrer do tempo.

Pinto, Avelar, Fonseca, Silva e Costa (2015) verificaram se a evidenciação de provisões e passivos contingentes está relacionada com o valor de mercado das companhias abertas brasileiras, bem como quais fatores estão relacionados com esse nível de evidenciação. Identificaram que as empresas que possuem menos itens de evidenciação de ativos, passivos contingentes e provisões pertencem ao setor de Química. Já as que possuem mais itens de evidenciação são as do setor de Software e Dados.

Nessa linha, Balduino e Borba (2015) realizaram uma análise comparativa entre os passivos contingentes das empresas estrangeiras que publicam suas demonstrações na Bolsa de Valores de Nova York. No trabalho foram utilizadas hipóteses de pesquisa que explicam a forma como as contingências foram distribuídas e o seu nível de significância financeira. O resultado do estudo demonstra que as empresas brasileiras tendem a divulgar mais contingências do que as demais e que a natureza predominante das contingências são as tributárias. Os passivos contingentes são mais significantes em empresas com origem no Brasil, Itália e México, respectivamente.

Rosa, Magalhães, Ferreira e Petri (2016) verificaram o panorama das contingências passivas e realizou estimativas do efeito econômico e financeiro que as reconfigurações apresentam nos resultados das empresas brasileiras. Os resultados demonstram que nem todos os itens requeridos pelo CPC 25 (2009) são atendidos pelas empresas, que os processos tributários são os mais expressivos e que os efeitos da reconfiguração das contingências apresentam diferenças entre as médias tanto do resultado, quanto do patrimônio líquido antes e após a reclassificação.

Por fim, Costa, Correia, Machado e Lucena (2017) analisaram as diferenças que são identificadas nos passivos contingentes divulgados pelas empresas brasileiras em comparação com as empresas australianas. Avaliaram que a aderência das empresas às informações preconizadas ao CPC 25 (2009) (Brasil) e AASB 137 (Austrália) ainda é tímida. Identificaram ainda algumas particularidades de cada país com relação às suas contingências, sendo que no Brasil é mais comum as empresas terem contingências tributárias. Já na Austrália, as contingências mais comuns são as garantias, que envolvem operações de cobertura para as controladas e firmas de controle em conjunto, bem como garantias bancárias, exigidas em certas transações.

No âmbito internacional, as pesquisas avaliaram o impacto das divulgações nos relatórios contábeis das empresas, a interpretação dos termos “provável”, “possível” e “remoto” por auditores, analistas financeiros e gestores, e o papel da divulgação contábil na redução das incertezas apresentadas pelo mercado.

Barth e McNichols (1994) verificaram que a evidenciação das provisões e dos passivos, no caso ambientais, pode ter diferentes fatores determinantes, decorrentes dos contextos econômicos dos quais advêm. Nesse caso, os gestores podem apresentar elevada discricionariedade em estimar montantes e probabilidades de ocorrências, podendo inclusive gerenciar as informações contábeis apresentadas.

Nesse caso de gerenciamento de informações contábeis, Li, Richardson e Thornton (1997) destacam que quando ela se dá pela não divulgação, isso pode levar ao fato de os

investidores de forma negativa essa não divulgação, de modo que muitas vezes as organizações acabem divulgando, mesmo que os valores das obrigações sejam imateriais.

Campbell, Sefcik e Soderstrom (2003) investigaram o principal papel da evidenciação contábil na divulgação das contingências no contexto de avaliação e redução das incertezas transmitidas ao mercado. Por meio de tabelas comparativas, foi analisada a interação entre informações contidas nos relatórios e acúmulos de incertezas inerentes aos passivos contingentes e provisões. Os resultados sugerem que em ambientes regulatórios, que permitem discricção nos relatórios, as informações contábeis, fornecidas pelas empresas, reduzem as incertezas relativas aos passivos contingentes e provisões.

Aharony e Dotan (2004) cotejam o julgamento de auditores, gestores e analistas financeiros na interpretação do SFAS 5, que regulamenta os termos “provável”, “possível” e “remoto” no reconhecimento de provisões e passivos contingentes. O resultado indica que os analistas financeiros são mais conservadores quando comparados aos auditores e gestores, ao analisar as provisões e passivos contingentes. Cox e Douthett Junior (2012) verificaram em sua pesquisa que a rentabilidade é um dos fatores que influenciam na divulgação, quando estudaram 71 empresas estadunidenses.

Hennes (2014) analisou as contingências trabalhistas e o impacto destas divulgações nos relatórios contábeis das empresas. Conforme as práticas legais, que influenciam divulgações em relatórios, a autora concluiu que a evidenciação quantitativa, no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado são limitadas frente a magnitude da expectativa de perda. A conclusão da pesquisa enfatiza que as divulgações qualitativas são mais relevantes ao avaliar as chances de perda com provisões e passivos contingentes. Para Hennes (2014), ao pesquisar provisões e passivos contingentes, as práticas de divulgação contábil fornecem detalhes quantitativos limitados quanto a magnitude das perdas esperadas. Entretanto, observou-se que as divulgações qualitativas são úteis e mais relevantes na mensuração das perdas contingenciais.

A presente pesquisa se diferencia das demais uma vez que analisa fatores determinantes na classificação das provisões e passivos contingentes nas Instituições Financeiras Brasileiras. Os bancos frequentemente são excluídos das amostras de pesquisas por terem normas específicas do Banco Central do Brasil, entretanto ressalta-se que os critérios do CPC 25 (2009) e as normas do setor não diferenciam as instituições financeiras no reconhecimento e na contabilização das contingências quando comparadas aos outros setores da economia. A discricionariedade das contingências propicia a manipulação das informações contábeis, desta forma os resultados da presente pesquisa acrescentam em aspectos teóricos (normas e evidenciação contábil) e práticos (dividendos, juros sobre capital próprio e avaliação das empresas).

3 Procedimentos metodológicos

O objetivo desta pesquisa é identificar fatores determinantes na classificação das provisões e passivos contingentes nas Instituições Financeiras Brasileiras. Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva; quanto aos procedimentos, a pesquisa é documental; para abordagem do problema foi utilizado técnicas estatísticas, pesquisa quantitativa.

Os métodos utilizados na pesquisa são ilustrados por meio da Tabela 1.

Tabela 1*Procedimentos Metodológicos*

Característica da População	População	Amostra	Coleta de Dados
Instituições financeiras listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3)	25 Bancos	Processos Tributários em que o Banco é réu (89 observações para análise estatística)	Formulário de Referência - Site CVM

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados foram extraídos do *site* da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio dos formulários de referência dos bancos. A seleção do setor financeiro, bancos, foi motivada pela escassez de pesquisas neste setor e pela representatividade econômica que estas empresas apresentam para o Brasil. Os bancos que compõem a população da pesquisa podem ser verificados na Tabela 2.

Tabela 2*População da Pesquisa*

ALFA HOLDINGS S.A.	ESTADO DO PARÁ S.A.	SANTANDER (BRASIL) S.A.
BANESTES S.A.	BANRISUL S.A.	SANTANDER S.A.
ABC BRASIL S.A.	INDUSVAL S.A.	BRASILIA S.A.
ALFA DE INV.S.A.	MERCANTIL DE INV.S.A.	ALFA DE ADM. S.A.
AMAZONIA S.A.	MERCANTIL DO BRASIL S.A.	ITAU UNIBANCO S.A.
BRADESCO S.A.	NORDESTE DO BRASIL S.A.	ITAUSA INV. S.A.
BRASIL S.A.	PAN S.A.	PARANÁ S.A.
BTG PACTUAL S.A.	PATAGONIA S.A.	
BANESE S.A.	PINE S.A.	

Fonte: Elaborado pelos autores.

O universo da pesquisa compreende os 25 bancos listados na B3 no ano de 2016, os bancos que não divulgaram informações sobre as contingências tributárias no Formulário de Referência foram excluídos da amostra; os bancos que tiveram informações divulgadas por seus controladores também foram excluídos da amostra. Para medir a relação dos determinantes na classificação das provisões e passivos contingentes tributários foram estabelecidas as variáveis explicativas que compõem a pesquisa.

Como variável dependente, foi estabelecida a chance de perda nos processos tributários. O CPC 25 (2009) orienta que as contingências prováveis devem ser reconhecidas no Balanço Patrimonial, possíveis são apenas divulgadas em notas explicativas e remotas não há necessidade de divulgação. Nesta pesquisa, a variável chance de perdas nos processos tributários foi tratada como binária ou *dummy*, com intuito de categorizar as contingências que possuem divulgação obrigatória. Para as contingências tributárias possíveis e prováveis foi atribuído valor 0 e para as remotas 1.

As variáveis explicativas binárias utilizadas no decorrer da pesquisa foram esfera em que estão os processos, instância e auditoria independente. Os processos tributários são discutidos nas esferas administrativa e judicial, na etapa administrativa existem duas instâncias, em discussões jurídicas foram apresentadas três instâncias. Quanto a auditoria independente, buscou-se comparar a evidenciação das empresas auditadas pelo seletor grupo de auditoria - “*Big Four*” (KPMG, PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu e Ernst&Young) –

entretanto observou-se que todos os bancos da amostra foram auditados por estas empresas em 2016, destarte foi excluída do modelo de regressão.

As demais variáveis explicativas foram tempo do processo, representado pela diferença em meses da data de instauração e o fim do exercício de 2016 e o valor representativo do processo que é a razão entre o valor do processo e o ativo total da companhia, que representa a proporção do ativo que será sacrificada para quitação dessa contingência caso ela seja uma obrigação que atenda a estrutura conceitual básica para divulgação dos passivos.

Verifica-se, na Tabela 3, as variáveis utilizadas neste estudo, construto, *proxy* e o local da coleta dos dados.

Tabela 3
Variáveis da Pesquisa

Variáveis	Construto	Proxy	Coleta dos Dados
Chance de Perda	Indica a chance de perda nos processos tributários em que os Bancos são réus	Variável Binária: 0 para contingências possíveis e prováveis; 1 para remotas	Formulário de Referência - CVM
Esfera	Indica se o processo está na esfera Administrativa ou Judicial	Variável Binária: 0 para processos na esfera Adm. e 1 para Judicial	Formulário de Referência - CVM
Instância	Indica a instância em que está o processo	Variáveis Qualitativas: a categoria de referência foi a 1ª Instância. A 2ª e 3ª instâncias foram os betas. Em seguida nova análise binária distinguindo 2ª e 3ª instância	Formulário de Referência - CVM
Auditoria Externa	Indica o porte da empresa de auditoria externa	Variável Binária: 0 para "Big Four" e 1 para auditoria não "Big Four"	Formulário de Referência - CVM
Tempo do Processo	Indica a diferença temporal entre a data de instauração do processo e o fim do exercício de 2016	Variável Contínua que mede o tempo do processo desde a instauração e o fim do exercício de 2016	Formulário de Referência - CVM
Valor Representativo do Processo	Indica a razão entre montante do processo e ativo do banco	Variável Contínua que mede a representatividade dos processos frente aos ativos totais dos bancos.	Formulário de Referência e BP - CVM

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na sequência foi determinada a ferramenta estatística utilizado no estudo, Regressão Linear Logística. Segundo Fávero, Belfiore, Silva e Chan (2009), na Regressão Logística, buscamos avaliar a probabilidade p de ocorrência de um determinado evento definido por Y , que se apresenta de forma qualitativa dicotômica, com base no comportamento de variáveis explicativas. Tal modelo pode ser definido de acordo com a Equação I.

$$\ln(\text{chance}) = Z = \alpha + \beta_1 \text{Esfera}_i + \beta_2 \text{Instância 1}_i + \beta_3 \text{Instância 2}_i + \beta_4 \text{Audit.}_i + \beta_5 \text{Valor do Processo}_i + \epsilon_i$$

Equação (I)

Onde:

Z= Logit = Chance de Perda no Processo;

β_1 Esfera i = Esfera em que está o processo i;

β_2 Instância = Instância em que está o processo o i;

β_3 Auditoria = Variável Binária do porte da empresa de Auditoria da empresa i;

β_4 Tempo = Tempo de Instauração do processo i (meses);

β_5 Valor Relativo do Processo = Valor relativo do processo da empresa i;

ε_i = Termo de Erro do Modelo.

Destaca-se ainda que os dados foram testados e por meio do Teste de Hadi, não foram encontradas observações anormais ou discrepantes (*outliers*), permitindo assim, a sequência na análise estatística com a utilização do *software* Stata®, versão 13.

4 Apresentação e análise dos resultados

A primeira análise realizada na pesquisa foi a estatística descritiva. Na tabela 4 são apresentadas as variáveis Meses e Valor Relativo do Processo, as medidas de tendência central (média e mediana) e as medidas de dispersão (desvio padrão, máximo e mínimo).

Tabela 4

Estatística Descritiva

Variável	Medidas de Tendência Central		Medidas de Dispersão		
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo
	Meses	64.3	59	40.728426	197
Valor Relativo do Processo	0.4052 %	0.0836%	0.0105966	7.3490%	0.0007%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Verificou-se que os processos tributários divulgados no formulário de referência dos bancos apresentam em média 64,3 meses desde a data de sua instauração. O processo mais antigo foi instaurado na justiça em 2000, pertence ao Banco ABC do Brasil, trata-se da discussão do recolhimento do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) e tramita na terceira instância. Para esse processo a chance de perda designada pela empresa foi possível.

O processo mais recente também pertence ao Banco ABC do Brasil, com 4 meses desde a instauração até o final do exercício de 2016. Tal processo está em discussão administrativa na Delegacia Especial de Instituições Financeiras (DEINF), semelhante ao processo mais antigo a chance de perda designada pela empresa é possível. A designação da mesma chance de perda para os dois processos, podem repercutir em tom de advertência aos usuários externos da informação, visto que é atípico um processo que passou por duas instâncias administrativas, teve dois pareceres judiciais contrários ter a mesma chance de perda ou desembolso que um processo que tramita em etapas iniciais de discussão na esfera administrativa.

Quanto ao valor relativo dos processos quando comparados com o ativo da respectiva companhia, a média apresentada foi de 0,4%. A contingência mais expressiva frente ao ativo total pertence ao Banco Alfa e representa aproximadamente 7,35% das suas aplicações de recursos.

A segunda análise apresentada no trabalho, por meio da Tabela 5, exibe os dados dos processos e informações qualitativas das empresas de auditoria independente.

Tabela 5
Informações dos Processos e Empresas de Auditoria

Esfera	Administrativa		Judicial	Total
		28		61
Instância	1 ^a	2 ^a	3 ^a	Total
	51	27	11	89
Chance de Perda	Provável ou Possível		Remota	Total
	40		49	89
Auditoria Ind.	Big Four		Não Big Four	Total
	89		0	89

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se na Tabela 5, que há predominância dos processos na esfera judicial, 68,5% do total dos processos divulgados nos formulários de referência. A primeira instância foi predominante nos processos administrativos e judiciais.

De acordo com o CPC 25 (2009), não há necessidade de divulgação para contingências com chance de ocorrência remota. Dos processos tributários examinados 55% apresentaram chance de perda remota, ou seja, 55% destes foram divulgados voluntariamente nas demonstrações contábeis padronizadas relativas ao exercício de 2016.

Para Campbell, Sefcik e Soderstrom (2003), a divulgação de informações contábeis e as suas devidas descrições reduzem as incertezas e os riscos associados às provisões e passivos contingentes. Portanto, mais da metade dos processos tributários dos bancos não apresentaram características suficientes para obrigatoriedade de divulgação por meio de notas explicativas e formulário de referência. Tais achados podem ser positivos na posição de acionista ou credor, uma vez que a divulgação voluntária tende a melhor representar a situação econômica e financeira das empresas.

A empresa de auditoria independente foi estabelecida como variável explicativa binária, ou seja, foram constituídos dois grupos os bancos auditados e os bancos não auditados por *Big Four*. Para Silva (2010) as quatro maiores empresas de auditoria são destaques no cenário global e a averiguação das demonstrações contábeis por estas empresas tendem aumentar a segurança da informação contábil e alargar o interesse dos investidores.

Curiosamente, todos os bancos listados na B3 foram auditados em 2016 pelas grandes empresas de auditoria, *Big Four*. O intuito de incluir essa variável foi comparar a evidenciação contábil entre empresas auditadas por *Big Four* e empresas auditadas por firmas de auditoria menos expressivas. Na regressão essa variável foi excluída, vez que ela faz parte de todos os elementos que compõe a amostra.

Para finalizar, a última análise apresentada nesta pesquisa engloba a regressão logística com as variáveis dependente (Chance de Perda), explicativas binárias (Esfera e Instâncias do Processo) e explicativas contínuas (Meses do Processo, Valor Relativo do Processo e Log do Ativo do Banco). Na Tabela 6 são expostos os resultados.

Tabela 6
Resultados do modelo de Regressão
Regressão Logística

Variáveis				
Chance	Coefficiente	Erro Padrão Robusto	Z	P> z
_I Esfera_1	0.9406028	0.7054939	1.33	0.18
_I Instância1	0.0718063	0.636692	0.11	0.91
_I Instância2	0.2057639	0.9644076	0.21	0.83
Meses	0.004692	0.0084702	0.55	0.58
V. R. Processo	3.81E-10	4.88E-10	0.78	0.44
LAT	-0.1051883	0.3148746	-0.33	0.74
Constante	-0.2494359	3.285258	-0.08	0.94
Total de Observações		89	LR Chi ² (5)	.
Pseudo R ²		0.032	Prob>Chi ² =	.

Log pseudolikelihood = - 59.271717

Fonte: *Elaborado pelos autores.*

Com os resultados obtidos no modelo observa-se que o valor p de cada uma das variáveis foi superior a 5%, portanto a hipótese nula não é rejeitada e as variáveis não possuem significância estatística no modelo Logístico.

Portanto, com base nos dados obtidos neste trabalho, a esfera em que está o processo (judicial ou administrativa), a instância, o tempo, em meses da instauração, a relevância do processo frente aos ativos dos bancos, o tamanho do banco, representado pelo logaritmo do ativo do banco para homogeneizar diferenças, são estatisticamente irrelevantes para justificar ou determinar a classificação das provisões e passivos contingentes tributários dos bancos brasileiros listados na B3 no término do exercício de 2016.

Embora o Pseudo R² seja mais utilizado com intuito de comparação e ajustes de modelos, o poder explicativo do modelo foi muito baixo, 3,2%, isto é, a variação na Chance de Perda dos processos é justificada em apenas 3,2% por todas as de variáveis apresentadas.

Em termos práticos, o resultado apresentado nesta pesquisa indica que a chance de perda nos processos tributários não possui relação significativa às esferas, instâncias, tempo, valor relativo do processo e tamanho do banco. Frente aos resultados das pesquisas anteriores apresentadas neste artigo, observou-se que os resultados deste corroboram a Ribeiro (2012) vez que existe divergência de opiniões na interpretação da legislação e na determinação da chance de perda devido ao complexo sistema tributários brasileiro, sendo factível de gerenciamento de resultados; Hennes (2014) que observou a insuficiência das divulgações quantitativas para determinar as expectativas de perda; e Aharony e Dotan (2004) que demonstrou o menor conservadorismo dos preparadores das demonstrações contábeis (gestores) e dos auditores quando comparados aos analistas financeiros.

Os resultados deste estudo divergem de Campbell, Sefcik e Soderstrom (2003) quando afirmam que ambientes regulatórios com maior poder discricionário nos relatórios financeiros padronizados, as informações contábeis fornecidas pelas empresas tendem a melhor representar a realidade das empresas quanto às provisões e passivos contingentes. Nesta pesquisa, observou-se que no âmbito brasileiro existe certa liberdade e determinado poder discricionário aos gestores dos bancos e nenhuma variável demonstrou significância estatística em um intervalo de confiança de 0,10.

Nota-se ainda que os achados deste estudo divergem da pesquisa de Fonteles *et al.* (2013), uma vez que o tamanho dos bancos (LAT no modelo de regressão) foi insuficiente no intervalo de confiança para determinar a evidenciação das provisões e passivos contingentes, embora em perspectivas distintas.

A insignificância estatística encontrada na regressão converge à Teoria Positiva da Contabilidade (Watts & Zimmerman, 1986) e aos estudos de Paulo e Leme (2009), vez que os resultados da pesquisa indicam comportamento oportunista ao aproveitar da liberdade na divulgação para registrar informações que lhe convenham perante aos demais usuários da informação contábil.

Ressalta-se ainda, que subjetividade da norma não infere nos conceitos de certo ou errado, coerente ou incoerente, ou seja, a administração da empresa não pode se aproveitar das incertezas das informações para seu benefício. Na existência de conflitos de interesses relacionados aos problemas de agência é que os auditores independentes são fundamentais na verificação da coerência e da subjetividade utilizada na informação contábil (Balduino e Borba, 2015).

5 Considerações Finais

A harmonização das normas brasileiras ao padrão internacional de contabilidade elevou o poder discricionário dos preparadores das demonstrações contábeis. Substituiu-se um padrão baseado em regras pela essência econômica das transações e a melhor representação da realidade das empresas. Destarte, o presente estudo apresentou como objetivo geral identificar fatores determinantes na classificação das provisões e passivos contingentes nas Instituições Financeiras Brasileiras.

A Chance de Perda nos processos tributários é relevante aos usuários da informação contábil, vez que esta é uma das contingências de maior expressão no Brasil. A essência da Contabilidade Financeira é voltada à redução da assimetria da informação contábil, deste modo a investigação das divulgações das provisões e passivos contingentes está associada à Teoria Positiva da Contabilidade, na perspectiva de compreensão da discricionariedade e na interpretação do posicionamento das empresas (oportunista ou informativo).

Na análise contou-se com uma amostra de 25 bancos listados no B3, dos quais foram excluídos bancos cujo controlador estava inserido na listagem inicial. Foram analisados os formulários de referência e identificados 89 processos tributários, que apresentaram informações completas, em que os bancos eram réus ao término do exercício de 2016.

Na análise estatística observou-se a inexistência de relação significativa entre as variáveis explicativas e as mudanças na chance de perda dos processos tributários. Os resultados da pesquisa alinham-se aos de Ribeiro (2012), Hennes (2014) e Aharony Dotan (2004) que demonstram o ímpeto dos preparadores e auditores das demonstrações contábeis; a complexidade do sistema tributário brasileiro, factível de gerenciamento de resultados; e a insuficiência das divulgações quantitativas para determinar expectativas das chances de perda.

Por ser considerada a natureza de contingência mais expressiva no cenário brasileiro, segundo os autores Caetano *et al.* (2010) e Rosa (2014), e devido ao poder discricionário advindo do padrão internacional de contabilidade, se torna relevante a discussão e a prudência por parte de ambos os usuários da informação. Destarte, os resultados do estudo reforçam a importância de outras análises qualitativas e outras informações que possam auxiliar além de informações quantitativas na interpretação da realidade econômica e financeira das empresas.

Ainda alinhado aos estudos similares e a Teoria Positiva da Contabilidade, os resultados do estudo ensejam que a arbitrariedade cedida aos gestores pode contribuir no gerenciamento de informações, possibilitando assim, evidenciações oportunistas ou informativas.

Congênera às pesquisas científicas, este artigo possui limitações, foi analisado o encerramento do exercício de 2016 e a amostra selecionada foi não probabilística, portanto os resultados não podem ser generalizados. Algumas lacunas foram deixadas para estudos futuros, a análise dos determinantes das provisões e passivos contingentes em outros setores da economia, comparar as evidenciações de companhias brasileiras com estrangeiras, análise de informações qualitativas, estudos em séries temporais e a inclusão de índices econômicos, financeiros e de desempenho na análise estatística.

Referências

Aharony, J., & Dotan, A. (2004). A comparative analysis of auditor, manager and financial analyst interpretations of SFAS 5 disclosure guidelines. *Journal of Business Finance & Accounting*, 31(3-4), 475-504.

Baldoino, E., & Borba, J. A. (2015). Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(23).

Barth, M. E. & McNichols, M. (1994). Estimation and Market Valuation of Environmental Liabilities Relating to Superfund Sites. *Journal of Accounting Research*, (32), 177-209.

Caetano, T. P., Silva, T. B., Biesdorf, S., & Leal, E. A. (2010). *Evidenciação do passivo contingencial nas demonstrações contábeis: um estudo nas empresas de papel e celulose*. In Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, Brasil.

Campbell, K., Sefcik, S. E., & Soderstrom, N. S. (2003). Disclosure of private information and reduction of uncertainty: environmental liabilities in the chemical industry. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 21(4), 349-378.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2009). *Pronunciamento Técnico CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*. Recuperado em 18 dezembro, 2017, de http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2012.pdf

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2011). *Pronunciamento Técnico Conceitual Básico (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. Recuperado em 18 dezembro, 2017, de http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf

Cosenza, J. P. (2015). Contabilidade criativa: as duas faces de uma mesma moeda. *Pensar Contábil*, 6(20).

Costa, I. L. D. S., Correia, T. D. S., Machado, M. R., & Lucena, W. G. L. (2017). Disclosure dos Passivos Contingentes: Análise Comparativa entre Empresas de Mercado Aberto no Brasil e na Austrália. *Pensar Contábil*, 19(69).

Cox, C., & Douthett, E. (2009). Further evidence on the factors and valuation associated with the level of environmental liability disclosures. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 13(3), 1-26.

Dechow, P. M., & Sloan, R. G. (1991). Executive incentives and the horizon problem: An empirical investigation. *Journal of accounting and Economics*, 14(1), 51-89.

Eckel, N. (1981). *The income smoothing hypothesis revisited*. *Abacus*, 17(1), 28-40.

Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. D., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. São Paulo: Campus.

Ferreira, J. da S.; Carvalho, A. J. de; Grings, A. L.; Rover, S. Provisões e Contingências Passivas: Mudança de Status da Chance de Perda dos Processos de Empresas Brasileiras. In: USP International Conference in Accounting, 17., 2017, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2017.

Flannery, M. J. (2016). Stabilizing large financial institutions with contingent capital certificates. *Quarterly Journal of Finance*, 6(02), 1650006.

Fonteles, I. V., Nascimento, C. P. S., Ponte, V. M. R., & Rebouças, S. M. D. P. (2013). Determinantes da Evidenciação de Provisões e Contingências por Companhias listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Gestão Organizacional*, 6(4).

Healy, P. M. (1985). The effect of bonus schemes on accounting decisions. *Journal of accounting and economics*, 7(1-3), 85-107.

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da contabilidade*; tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 277-297.

Hennes, K. M. (2014). Disclosure of contingent legal liabilities. *Journal of Accounting and Public Policy*, 33(1), 32-50.

Li, Y., Richardson, G. D. & Thornton, D. B. (1997). Corporate Disclosure of Environmental Liability Information: Theory and Evidence. *Contemporary Accounting Research*, 14(3), 435-474.

Kaplan, R. S. (2011). Accounting scholarship that advances professional knowledge and practice. *The Accounting Review*, 86(2), 367-383.

Marcelino, M. M. (2016). A influência da cultura e do julgamento profissional sobre a contabilidade: uma análise sob o ponto de vista dos preparadores da informação em Portugal. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 10 (1), 65–89.

Martinez, A. L., & Moraes, A. J. (2017). Relação entre a remuneração dos auditores e o gerenciamento de resultados contábeis. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 57(2), 148-157.

Matsumoto, A. S., & Parreira, E. M. (2009). Uma pesquisa sobre o Gerenciamento de Resultados Contábeis: causas e consequências. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 10(1).

Niyama, J. K., & Silva, C. A. T. (2011). *Teoria da Contabilidade*. 2ª. São Paulo: Atlas.

Paulo, E. P., & Leme, J. R. (2009). Gerenciamento de resultados contábeis e o anúncio dos resultados contábeis pelas companhias abertas brasileiras. *Revista Universo Contábil*, 5(4), 27-43.

Pinto, A. F., Avelar, B., Fonseca, K. B. C., Silva, M. B. A., & Costa, P. D. S. (2015). Value relevance da evidenciação de provisões e passivos contingentes. *Pensar Contábil*, 16(61).

Prado, F. J. D. (2014). *Análise do comportamento da divulgação das informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

Ribeiro, A. C. (2012). *Provisões, contingências e normas contábeis: um estudo de gerenciamento de resultados em contencioso legal no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

Ribeiro, A. C., Ribeiro, M. S., & Weffort, E. F. J. (2013). Provisões, Contingências e o Pronunciamento CPC 25: As Percepções Dos Protagonistas Envolvidos. *Revista Universo Contábil*, 9(3).

Ribeiro, A. D. C. (2018). Provisões previdenciárias, trabalhistas e tributárias: gerenciamento de resultados contábeis no Brasil (*Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo*).

Rosa, C. A. (2014). *Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Rosa, P. A., Magalhães, R.A., Ferreira, L. P., & Petri, S. M. (2016). *Evidenciação dos passivos contingentes tributários: comparação das informações divulgadas em notas explicativas e formulário de referência*. In Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, Brasil.

Tsakumis, G. T. (2007). The influence of culture on accountants' application of financial reporting rules. *Abacus*, 43(1), 27-48.

Valor Econômico (2017). *FMI: Recessão do Brasil parece estar no fim, mas estabilidade ameaça*. Recuperado em 11 janeiro, 2018, de <http://www.valor.com.br/brasil/5037902/fmi-recessao-do-brasil-parece-estar-no-fim-mas-instabilidade-ameaca>

Watts, R., & Zimmerman, J. (1986). *Positive theory of accounting*. Englewood Cliffs, NY: Prentice-Hall.